

Falta de acessibilidade afeta moradores de Paraisópolis, em São Paulo

Falta de acessibilidade afeta cotidiano em Paraisópolis, em SP

Pessoas com deficiência cobram soluções para as periferias; prefeitura cita multas e centros de reabilitação

Ariane Costa Gomes

SÃO PAULO | ESPAÇO DO POVO. Diagnosticada com osteogênese imperfeita, Maria do Carmo Silva, 49, enfrenta dificuldades para se locomover na rua das Jangadas, em Paraisópolis, zona sul de São Paulo. As calçadas desníveis, estreitas para circulação de pedestres, e os obstáculos no percurso estão em desacordo com a legislação.

Morando há 20 anos no bairro, ela trabalha em casa como manicure e costuma sair para consultas médicas. "Faço alongamento em casa e preciso fazer caminhada. Se tivesse um local mais plano, como uma praça, seria bom para caminhar", diz.

As dificuldades relatadas por Maria do Carmo são repetidas por outros moradores com deficiência e mobilidade reduzida na região. Nas palavras do filósofo e consultor Marcelo Zig, a acessibilidade é um artigo de luxo, restrito a bairros nobres das cidades brasileiras.

"As pessoas com deficiência periféricas têm dificuldades de sair de casa para estudar, trabalhar, ter um momento de cultura e lazer", afirma ele, que criou em 2020 o Quilombo PCD, coletivo que defende direitos de pessoas negras

e daquelas com deficiência.

Os obstáculos começam na porta de casa. Luzia Andrade da Costa, 39, se dedica integralmente ao cuidado do filho Richard, 10, que é cadeirante. Uma semana atrás, ela morava com o marido e os dois filhos na rua Herbert Spencer. Não havia escada no local, mas um degrau que fazia com que fosse necessário levantar a cadeira de rodas ao sair de casa. "A rua não é nada adaptada. Tenho o punho fora do lugar e já dei problema numa subida aqui quando tive que levantar a cadeira", diz.

Agora, a família está na rua Fratinga, no mesmo bairro. A nova residência, diz, permite que Richard tenha mais qualidade de vida, mas eles ainda precisam enfrentar três degraus até o portão.

Um dos grandes problemas é que não tem calçadas em Paraisópolis. A prefeitura não olha para a questão das crianças com deficiência. Deveria ter mais investimento em melhorias e no apoio aos pais", comenta.

Da porta de casa para fora, são outros desafios. Há cinco anos, Matheus Vitor dos Santos, 27, pratica basquete em cadeira de rodas. Os treinos acontecem três vezes por semana e ele precisa ir de Paraisópolis até o Ipiram-

As pessoas com deficiência periféricas têm dificuldades de sair de casa para estudar, trabalhar, ter um momento de cultura e lazer

Marcelo Zig filósofo e consultor

ga, em um percurso de quase uma hora e meia usando o transporte público.

"No ônibus deveria ter mais de um lugar para cadeira de rodas. Quando vou sair com meus amigos não podemos ir juntos porque só tem um lugar. As vezes estou atrasado e, se já tem uma pessoa com deficiência, tenho que esperar outro para ir", diz.

Assim como Maria do Carmo, ele mora na rua das Jangadas e também relata dificuldades de locomoção devido a buracos e falta de rampas nos comércios. Para Matheus, a falta de fiscalização contribui para que os espaços não sejam acessíveis.

Pela legislação paulista, é do proprietário do imóvel a responsabilidade pela construção, conservação, reforma e manutenção de suas calçadas. E elas devem seguir um padrão que prevê, em outros, que as faixas livres, dedicadas exclusivamente à circulação de pedestres, tenham superfície regular, firme, contínua, com 1,20 m de largura e sem degraus.

Em caso de más condições ou falta de acessibilidade, o infrator é multado e intimado a regularizar a situação. De janeiro a maio deste ano, na cidade, foram aplicadas 399 multas, mais da metade do volume de todo o ano passado. Pedidos de fiscalização podem ser feitos por meio dos canais oficiais da prefeitura, como o telefone e o Portal 156 Unidades do Descumprimento.

A Prefeitura de São Paulo busca manter o diálogo com os municípios para que as calçadas estejam dentro dos padrões ABNT [Associação Brasileira de Normas Técnicas], permitindo que o direito de ir e vir seja respeitado", diz em nota a Subprefeitura do Campo Limpo.

Questionada, a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência não apontou quais são

as ações adotadas ou com previsão de implantação específica nas periferias a fim de garantir a inclusão de pessoas com deficiência. Disse por nota que "Paraisópolis conta com o Centro Especializado em Reabilitação (CEBR) 3 Campo Limpo que realiza cerca de 2.500 atendimentos por mês. Esses espaços, explica a pasta, realizam "reabilitação multiprofissional nas especialidades de fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional e psicologia a pacientes com deficiência física, auditiva e intelectual".

Em relação às calçadas, a secretaria da gestão Ricardo Nunes (MDB) diz que de janeiro de 2021 a abril deste ano quase 800 mil m² foram readequados. A requalificação é feita pela Secretaria Municipal das Subprefeituras segundo os padrões e normas da ABNT.

A cidade possui o Plano Emergencial de Calçadas (PEC) que prioriza a reforma em lugares com grande fluxo de pedestres e proximidade de terminais de ônibus, ruas de comércio e pontos turísticos, escolas e hospitais. A secretaria da Pessoa com Deficiência afirma que, em qualquer intervenção urbana na cidade, é necessário que tenha o rebaixamento de calçada ou a elevação do leito carroçável, chamada de travessia elevada, para permitir a acessibilidade a pessoas em cadeiras de rodas.

"Todos os projetos de acessibilidade da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência são analisados pela Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA), composta por 36 órgãos municipais e entidades representativas da sociedade civil", diz a gestão Nunes.

Marcelo Zig, do Quilombo PCD, defende que as pessoas com deficiência devem participar da elaboração de soluções para o seu dia a dia.



Luzia Andrade da Costa, 39, reclama da falta de calçadas para o filho Richard, 10, cadeirante, e enfrenta degraus em casa

73% das cidades candidatas a receber cursos de medicina não têm infraestrutura, afirma CFM

Leonardo Fuhrmann

SÃO PAULO | Levantamento feito pelo CFM (Conselho Federal de Medicina) mostra que 73% dos municípios que se candidataram a receber novos cursos de medicina não têm a infraestrutura mínima necessária para a criação dos cursos.

Os parâmetros utilizados levam em conta a quantidade de leitos hospitalares e equipes de saúde da família e a existência de hospital universitário.

O CFM considera que, para estar habilitado para receber um curso de medicina, o município deve ter, pelo menos cinco leitos públicos por aluno, três alunos a cada equipe de saúde da família (ESF) e um hospital para formação. São aceitas unidades "com potencial para hospital de ensino".

Donizetti Giamberardino, coordenador do Sistema de Acreditação das Faculdades Médicas (Saem), afirma que tais parâmetros eram impostos

para a criação de novos cursos no Brasil até 2012, quando, segundo ele, os critérios foram flexibilizados para atender a uma necessidade de aumento no número de médicos no país, especialmente em regiões em que faltam profissionais.

"Os critérios não foram criados pelo conselho", diz. O sistema é um certificado criado pelo CFM para apontar as faculdades que seguem os parâmetros de qualidade. Voluntário e sem custo para as

instituições de ensino, o Saem reconhece atualmente 53 cursos de medicina. Não há ranking entre as indicadas.

Anualmente, o Ministério da Educação analisa 204 pedidos de criação de novos cursos de medicina no país, em 182 cidades. Desses, 132 apresentam algum déficit de estrutura (quase 73%).

O conselho já havia mostrado que 78% dos 250 municípios que sediam as 390 escolas médicas em funcionamento

no país apresentam números insuficientes de leitos de internação de ESF e de hospitais de ensino. Esses municípios reúnem 31 mil das 43 mil vagas disponíveis nos cursos de medicina no país.

Para Giamberardino, a formação de profissionais precisa estar mais perto dos centros de excelência nas especialidades. "É uma inversão tentar levar as faculdades para os municípios como forma de fixar mais os profissionais por lá, avança.

"O objetivo inicial era passar de 14 mil para 24 mil o número de estudantes, hoje estamos com 43 mil alunos", acrescenta.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano Caderno: B Pagina: 3